



UMA ANÁLISE REFLEXIVA DO FEMININO DAS PROFISSÕES

Jane Baptista Quitete¹

Octavio Muniz Da Costa Vargens²

Jane Márcia Progianti³

Resumo: Este artigo consiste numa reflexão, com base na literatura, sobre a temática História das Profissões considerando a ótica de gênero, e tem como objetivo analisar a evolução histórica das profissões a partir dos conceitos de ocupação/ofício e profissão, e apresentar como ocorreu a inserção feminina na esfera pública, a partir das guerras e da industrialização. A investigação foi composta por textos da área de Humanas e da Saúde. Utilizou-se a Análise de Conteúdo para categorizar os recortes discursivos. Concluímos que a feminização e a feminilização de algumas profissões em detrimento de outras revela que as relações de dominação e poder entre homens e mulheres atravessam as relações sociais, seja na produção ou na formação profissional, uma vez que o mundo do trabalho não faz distinção entre o trabalho produtivo e o reprodutivo das mulheres.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Identidade de Gênero; Poder.

A REFLEXIVE ANALYSIS ABOUT THE FEMININE OF PROFESSIONS

Abstract: This article consists of a reflexion, based on literature, about the theme Professions' History considering the gender perspective. It has as objective to analyze the historical evolution of professions starting from the concepts of occupation and profession, and to present how did happen the feminine insertion in public sphere, starting from the wars and the industrialization.

¹ Curso de Enfermagem/UFF/PURO. Enfermeira Obstétrica. Mestre em Enfermagem, Saúde e Sociedade. Avenida Alberto Lamego, 637, bloco 19, apt 103. Horto. Campos dos Goytacazes. RJ. CEP: 28010 811. TEL: 22 2722 0718. E-mail: janebq@oi.com.br

² Faculdade de Enfermagem da UERJ. Enfermeiro Obstétrico. Doutor em Enfermagem e Professor Titular da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Rua Constante Ramos, 136, apt 503. Copacabana. RJ. CEP: 22 051 012. TEL: 21 2257 0464. E-mail: omcvargens@uol.com.br

³ Faculdade de Enfermagem da UERJ. Enfermeira Obstétrica. Doutora em Enfermagem e Professora Adjunto da Faculdade de Enfermagem da UERJ. Rua Joaquim Méier, 143, apt 304. Méier. RJ. CEP: 20725-050. TEL: 21 22814681. E-mail: jmprogi@uol.com.br



The investigation considered texts in the field of humanities and health. It was utilised the analytical construction to categorize the discursive retails. We concluded that the feminization of some professions reveal that the power relationships between men and women overcome the social relationships, in the field of production, or professional formation, because the world of work doesn't make distinction among the women's productive work and the reproductive one.

Keywords: Women working; Gender; Power.

ANÁLISIS REFLEXIVO DE LAS PROFESIONES E SU RELACIÓN CON EL SEXO FEMENINO

Resumen: Este artículo es una reflexión, basada en la literatura, sobre el tema de Historia de las profesiones considerando el género sexo, y ten como objetivo analizar a evolución histórica de las profesiones a partir de los conceptos de ocupación/oficio y profesión, así como explicar la inserción do sexo femenino en la vida pública a partir de las guerras y de la industrialización. El corpus fue compuesto por textos de las áreas de Humanas y de Salud. Se utilizó el Análisis de Contenido para categorizar los recortes discursivos. Se concluye que: a feminización de algunas profesiones en detrimento de otras, revela que las relaciones de dominación entre hombres y mujeres atraviesan las relaciones sociales, en la producción, en la formación profesional, porque el mundo del trabajo no sabe distinguir el trabajo productivo y reproductivo de las mujeres

Palabras-clave: Trabajo de mujeres; Género; Poder.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O tema Teoria das Profissões aborda diversas vertentes, entre elas, as questões de gênero o que, suscitou nossa opção em aprofundar o assunto e elaborar este artigo. Para tanto, propomos uma reflexão a partir da literatura, como forma de nos apropriarmos sobre o assunto, trazendo os aspectos mais importantes sobre a História das Profissões na perspectiva do olhar feminino considerando as questões de gênero como caminho a ser percorrido.

A inclusão da categoria analítica de gênero para compreensão das relações de poder entre homens e mulheres tem sido considerada em alguns estudos e possibilita uma abordagem das relações sociais como um todo; aponta os mecanismos de subordinação das mulheres pelos



homens e também pelo modo de organização das relações sociais; alcança a legislação e o Estado, as relações de trabalho, a escola e a mídia.

Essas representações sobre mulheres e homens, presentes no imaginário social, criam estereótipos que ditam o que é apropriado para ambos. Assim, na enfermagem essa abordagem tem uma importância singular, pois pode fornecer explicações sobre os conflitos atuais no campo profissional. Construir a consciência de gênero vem provocando mudanças na formação e nas práticas profissionais, fazendo com que enfermeiras e enfermeiros passem a ser sujeitos.

Sendo assim, o texto tem como objetivos analisar a evolução histórica das profissões a partir dos conceitos de ocupação/ofício e profissão, bem como apresentar como ocorreu a inserção feminina na esfera pública, a partir das guerras, da industrialização, entre outros fenômenos sociais.

Consideramos que a realização deste estudo poderá influenciar positivamente nas relações interpessoais, de modo que as mulheres, cada vez mais, reflitam sobre seu papel na sociedade e sobre a feminização e feminilização de algumas profissões, entre elas a enfermagem.

CAMINHO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da temática proposta escolhemos a busca à literatura especializada, encontrada em publicações científicas. Nesta busca foram utilizados as palavras: Profissões, Teoria das Profissões, Divisão sexual do trabalho, Gênero e Poder, os quais foram combinados de modo a permitir uma busca mais consistente. Assim, nossa reflexão desenvolveu-se a partir de catorze publicações abordando a história das profissões e a inserção da mulher neste contexto, considerando a perspectiva de gênero.

Considerando o material selecionado para o estudo, procedeu-se à análise de seu conteúdo⁽¹⁾, quando buscou-se identificar: pensamentos, idéias, contextos históricos e citações de cunho filosófico, ideológico ou político, relevantes quanto ao tema em questão. A partir da leitura crítica e reflexiva desse material, foram delimitados quatro núcleos temáticos sobre os quais desenvolvemos o presente texto.

RESULTADOS

Ocupação ou profissão: conceitos e significados



Para iniciar qualquer movimento teórico, é necessário considerar a diferença incontestável dos vocábulos profissão e ofício.

Um ofício, ou ocupação, não parte de uma convicção ideológica. Constitui-se a partir de uma atividade exigida pela vida do grupo social. Podemos citar como exemplo: fazer o pão ou ferrar os cavalos. Uma ocupação cria-se a partir de uma relação do homem com elementos da natureza, descobertos no universo em que vive. Elementos que ele ajusta transformando-os, a fim de servirem à comunidade, para assegurar, em primeiro lugar, a manutenção da vida e depois para melhorar as condições de vida⁽²⁻³⁾.

Os grupos constituídos em ofício não têm funções reguladoras da ordem social, são abastecedores do grupo social, fornecem o serviço de fabricar o que é indispensável à sua sobrevivência. Com o desenvolvimento de tecnologias os ofícios diversificam-se e multiplicam-se, fornecem produtos e serviços cada vez mais variados que contribuem para facilitar ou melhorar condições de vida cada vez mais complexas⁽²⁻³⁾.

Desde a Idade Média, com o acesso do cristianismo ao poder do Estado, que as profissões se erguem em torno da fé cristã, instituindo grupos reguladores da ordem social. Uma profissão funda-se, inicialmente, em torno de uma crença, de uma ideologia que visa regular a ordem social e determinar o que é considerado bom ou mau para a manutenção dessa ordem. Alguns estudos contemporâneos confirmam este estado de coisas e mostram a sua continuidade até os dias de hoje: pertencer a uma profissão é pertencer a uma classe social com um lugar determinado na hierarquia dos poderes reguladores da sociedade⁽²⁻³⁾.

Contudo, profissão é sinônimo de ocupação, e diz respeito ao trabalho especializado pelo qual uma pessoa ganha a vida numa economia de troca. Mas não é simplesmente qualquer tipo de trabalho que os profissionais fazem. Para o autor, eles realizam um trabalho que tem caráter esotérico, complexo e arbitrário. Trabalho que requer conhecimento teórico, competência e discernimento que as pessoas comuns não possuem, podem não compreender completamente e não podem avaliar prontamente. Outro fator a ser levado em consideração, é o fato deste trabalho ser considerado especialmente importante para o bem-estar de indivíduos ou da sociedade, e ter um valor tão especial que o dinheiro não pode lhe servir de única medida. Isto que distingue os chamados profissionais da maioria dos outros trabalhadores⁽⁴⁾. É fato que, o termo “profissão” é um rótulo socialmente valorizado, pois possibilita recompensas sociais,



econômicas e políticas. Sendo assim, qualquer intenção de defini-lo e analisá-lo possibilita atribuir recompensas para alguns em detrimento de outros⁽⁴⁾. Profissão vem do latim: professar que significa acreditar, ensinar aquilo em que se crê.

Os critérios adotados para definir profissões baseiam-se⁽⁴⁾:

1. Na exposição à educação superior e ao conhecimento formal abstrato que ela transmite;
2. Na capacidade de a profissão exercer poder e ser uma forma de ganhar a vida;
3. Em ser uma ocupação cuja educação é pré-requisito para obter posições específicas no mercado de trabalho, excluindo aqueles que não possuem tal qualificação.

As garantias de regulação da ordem social eram, inicialmente, os padres e os clérigos. À sua volta e a partir deles desenvolvem-se outros corpos profissionais sendo os principais os médicos e os juízes. Tanto um como o outro são detentores de um poder que se exerce diretamente sobre a vida e a morte, e a este título decidem o que é bom e o que é mau. À volta destas duas profissões iniciais cria-se todo um conjunto de organizações sociais que, por sua vez, dão origem a diferentes grupos ligados ao seu poder de decisão⁽³⁻⁴⁾.

Por volta do fim do século XIX, com a Revolução Industrial e a mobilidade demográfica, outros grupos iniciam, à sua imagem, o seu próprio movimento de profissionalização, na maior parte dos casos para ter apenas acesso a uma “semi-profissão”⁽³⁾, ou recentes profissões advindas das ocupações⁽⁴⁾. Afirmam-se que algumas ocupações buscaram o apoio do Estado para garantir *status* e segurança econômica. Assim, na Inglaterra e nos Estados Unidos, cada ocupação foi obrigada a montar seu próprio movimento em prol do reconhecimento e da proteção. Situação diferente da encontrada na Europa, onde o Estado é mais atuante, e, de um modo geral, o *status* e a segurança econômica das profissões são conquistados pela formação acadêmica de ensino superior. É o caso entre outros da profissão de enfermagem e de numerosas profissões sanitárias e sociais oriundas da enfermagem⁽³⁾.

Desde o fim do século XIX e, no decurso do século XX, ocorreu uma aproximação entre profissão e ofício, no sentido das profissões serem levadas a utilizar, cada vez mais, os instrumentos e conhecimentos, a maior parte das vezes, descobertos por “pessoas do ofício”. Recorrendo aos novos conhecimentos científicos, as profissões estão à altura de melhor provar a sua atividade e o serviço que prestam à sociedade⁽³⁾.



O interesse pelos estudos teóricos sobre profissões, inicialmente surge antes da Primeira Guerra Mundial. Este primeiro estudo tentou entender a contradição entre a idéia de altruísmo e utilitarismo atribuídos às profissões. Já no período pós-guerra, outros sociólogos empenharam-se em desenvolver conceitos baseados no processo histórico pelo qual uma ocupação atinge o status de profissão⁽⁴⁾.

No entanto, algumas ocupações, ou serviços, mantêm-se geralmente impregnados de ideologia, podendo chegar ao ponto de reclamar um monopólio, por exemplo: o monopólio do saber sobre a doença e a saúde, para a profissão médica⁽³⁾. Isto ocorre a partir dos anos 1970, quando autores passaram a refletir e a ressaltar as questões de conflito e de poder das profissões: a ideologia, o monopólio, as instituições profissionais organizadas⁽⁴⁾.

Foi nesta década também, que surgiram estudos americanos calcados nas teorias marxista e weberiana que estudam e analisam as profissões sobre o prisma do sistema de classes das sociedades capitalistas, segundo as quais a profissionalização torna-se um projeto de mobilidade coletiva, e as ocupações buscam melhorar sua posição econômica e social⁽⁴⁾.

Nos anos 1980⁽⁴⁾, os historiadores europeus tentaram analisar como as profissões modernas surgiram na Europa. Estes autores foram críticos aos conceitos anglo-americanos e buscaram distinguir os percursos de diversas profissões em países diferentes. Eles consideram que o Estado desempenhou um papel ativo na iniciação da institucionalização de algumas profissões e na reorganização de outras, inclusive, funcionando como principal empregador de profissões.

Mulher e Trabalho: o que nos conta a história

As raízes mais fortes de resistência à participação das mulheres no mundo público emergem no meio religioso, sobretudo nas grandes religiões monoteístas. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo assumem em sua simbologia e em seus dogmas a desigualdade dos sexos. Para estas religiões, Deus não tem sexo, mas é pensado como sendo do gênero masculino. E, como apresentado no Gênesis, Deus cria o homem primeiro e a mulher depois, e a cria para ele. A Igreja reserva estritamente a autoridade da pregação aos clérigos e os instrui para tanto; a mulher apenas permite-se escutar. O catolicismo recusa obstinadamente a ordenação das mulheres, pela idéia do pecado e da impureza feminina, pela angústia da carne, que atormenta principalmente o pensamento dos Padres. Também pela idéia da transcendência do sagrado, que



passa justamente pela recusa da carne, da sexualidade e das mulheres. Essas mulheres que é preciso conter, manter no privado, cujo corpo é preciso esconder e velar, os cabelos, se não o rosto. Essas mulheres cujo ideal seria a virgindade⁽⁵⁾.

A maternidade, por exemplo, foi uma forma pela qual a Igreja utilizou para domesticar as mulheres, assegurando assim o estabelecimento de uma sociedade familiar que fortalecesse o Estado moderno, a própria Igreja, a ciência e os homens. Bastava que este preceito estivesse presente através da transmissão de valores. Coibidas pelas ameaças veladas a quem fugisse às regras que distinguiam as mulheres “certas” das “erradas”. E a ciência médica contribuiu enormemente nesta construção, através da normatização de condutas necessárias para tornar-se a “santa-mãezinha”⁽⁶⁾.

A Grande Guerra (1914-1918) deu início a uma importante mudança no espaço público. Os homens estavam na frente de batalha e, as mulheres na retaguarda. As mulheres, jovens ou não tão jovens, substituem os homens e penetram em lugares até então fechados que antes não ocupavam. Durante a Grande Guerra, elas dirigem bondes ou táxis, entram nas usinas metalúrgicas, moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico. No campo, elas lavram e vendem o gado na feira. Contudo, quando a guerra acabou, essas auxiliares e substitutas devolveram o lugar público ao homem e voltaram àquele lar que lhes pintavam como um ideal e um dever urgente. Longe de serem instrumentos de emancipação, as guerras, profundamente conservadoras, recolocam cada sexo em seu lugar, reiterando as representações mais tradicionais da diferença dos sexos⁽⁵⁾.

As mulheres sempre trabalharam, mas o que colocou um problema para elas foi o exercício de ofícios e profissões praticados fora de casa. Pois, com a Revolução Francesa de 1789, as fronteiras entre a vida pública* e a vida privada* foram redefinidas. O espírito público invadiu os domínios da vida privada⁽⁷⁾, pois, com o advento da maquinaria, houve um aproveitamento da mão-de-obra feminina e infantil, mais baratas, mantendo o mesmo ritmo de produção. Essa incorporação foi uma garantia de sobrevivência para o núcleo familiar dos operários⁽⁸⁾.

* Espaço público vem do grego *polis* que significa espaço compartilhado, espaço de liberdade, lugar de interação com outras pessoas, cidade. Suas principais funções incluem a participação e a produção.

*** Espaço privado vem do grego *oikos* e significa lugar onde morar. Por extensão significa casa. Sua principal função é a reprodução biológica e cultural, e segue como norma os valores familiares.



É interessante destacar as diferenças no uso dos espaços exteriores e interiores de acordo com o gênero, bem como o acesso desigual a estes. Isto pode auxiliar na investigação da apropriação diferenciada por parte de homens e mulheres do espaço público e privado e da incorporação segmentada das mulheres no mercado de trabalho. Ao homem compete o espaço público, o trabalho não doméstico e o encargo da subsistência dos filhos. À mulher cabe o doméstico, as tarefas relativas a esse espaço e o cuidado da família⁽⁹⁻¹⁰⁾.

Essa reviravolta da vida doméstica provocava a resistência dos meios populares, que precisavam de suas donas de casa e as louvavam. As mulheres passaram por reais dificuldades para obterem o direito ao salário, por exemplo. Tanto quanto um menor, as mulheres não podiam receber dinheiro. Tanto na Inglaterra como na França, foram necessárias leis (em 1857 na Grã-Bretanha, e em 1907 na França) para que as mulheres casadas pudessem receber diretamente seus salários⁽⁵⁾. Todavia, a mulher era ainda mais explorada, recebendo, em média, 50% a menos do que o homem, pelo mesmo trabalho⁽⁸⁾.

No século XIX, desejava-se um pai de família que fosse o único assalariado e uma mãe dona de casa. A riqueza de uma nação residia na população numerosa dentro de suas fronteiras. O discurso médico justificou a maternidade também, como necessidade as demandas de um Estado que relacionava aumento de produção com aumento de braços^(6,8).

Naquela época, admitia-se que as mulheres pobres exercessem um ofício, desde que fosse um prolongamento do seu papel feminino “natural”, e que não fossem exercidos em ambiente misto. As mulheres burguesas, ao contrário, não deveriam trabalhar, pois, o fato de ganhar dinheiro deixava a mulher menos feminina⁽⁷⁻⁸⁾.

Além do que, o trabalho da mulher fora do lar denotava pobreza familiar e fracasso do marido. O serviço do lar transformou-se em serviço privado: a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na mais valia da produção social⁽⁸⁾.

Tempos depois, as questões demográficas (baixa taxa de natalidade associada à elevada taxa de mortalidade), a migração do campo para grandes centros, a situação econômica de uma pequena burguesia em crise, incrementou o ingresso da mulher no mercado de trabalho⁽⁵⁾.

Com a Revolução Industrial a casa torna-se a unidade econômica de base, onde se entrelaçam a empresa e o domicílio e aprofunda-se a divisão sexual do trabalho⁽⁷⁾, que nada mais é que uma categoria utilizada pelas Ciências Sociais para indicar que, em todas as sociedades,



homens e mulheres realizam tarefas distintas. Entretanto, as tarefas atribuídas a cada sexo sofrem influências culturais e históricas⁽⁹⁾.

Feminização e feminilização das profissões

Para o conhecimento científico, o discurso lógico-científico, e, particularmente, para o discurso das Ciências Humanas, a participação das mulheres na construção da vida social, cultural e científica parece que, de um modo geral, sempre foi silenciada ou menosprezada. Desde a segunda metade do século XX, denuncia-se o androcentrismo na ciência como forma específica de sexismo⁽¹¹⁾.

Neste contexto, que surge durante a industrialização, a ciência estabelece o método científico como método universal de pesquisa. Sua definição é dada pelo domínio tecnológico da natureza e pelo controle dos fenômenos naturais através dos formais critérios de cientificidade e de obtenção da verdade. Torna-se necessário romper com a natureza devido à dificuldade que o homem encontrava para dominá-la. Assim, passa a dominar a natureza com o intuito de usufruir, desvelar seus segredos, subjugando-a. Neste momento histórico, compara-se a natureza com a mulher⁽¹¹⁻¹²⁾.

O Tratado de Pierre Roussel em 1775* tornou-se, por exemplo, uma referência no discurso sobre a mulher, onde esta é representada como inverso do homem. É identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral na sociedade. A mulher tornou-se símbolo da fragilidade que devia ser protegida do mundo exterior (o público). Eram confinadas em espaços privados devido à sua fragilidade biológica⁽⁷⁾.

Até o século XIX considerava-se que a mente, o corpo e a alma das mulheres eram controlados pelos ovários e pelo poder supremo do útero. Imaginava-se a mulher como guiada pelas marés periódicas de seu sistema reprodutivo cíclico. Assim sendo, cuidados especiais tinham de ser tomados quando o útero estava ativo (puberdade, menstruação e gravidez), para não sobrecarregá-lo com esforços físicos ou mentais. Enfatizava-se a reprodução como propósito maior da vida da mulher e a medicina concordava que as mulheres tinham de concentrar toda a sua energia para baixo, ou seja, para o útero⁽¹²⁾.

**Du système physique et moral de la femme* (Do sistema físico e moral da mulher).



A importância da lactação, vinculada ao papel de mãe, foi fortemente imposta pelos médicos e pela Igreja como um dever moral desde o século XVI. Havia também a crença de que o leite era condutor de qualidades morais à criança; aliada à noção do aleitamento como uma tarefa de amor que a mulher deveria executar em relação aos filhos. A medicina ocupava-se cada vez mais pela saúde da mulher e, concluíram logo que toda mulher poderia ser mãe, sendo assim, a mulher não poderia ser outra coisa que mãe⁽⁶⁾.

Assim, as imagens sobre “a mulher” na modernidade foram construídas a partir de um pensamento binário que naturalizou a separação: masculino-feminino, justificando-a pelas diferenças biológicas. As dicotomias⁽¹¹⁾: natureza-cultura, selvagem-doméstico se constituiu em categorias que significam pelo seu oposto: feminino é pensado enquanto existe o masculino. Estabeleceu-se, então, uma equivalência entre feminino e natureza, e entre masculino e cultura. O não-masculino enquanto oposição representa o que está fora do âmbito dos homens. E, se, o natural ou feminino está fora desse âmbito, torna-se necessário subjugar-lo. Essa ideologia científica dividiu o mundo em duas partes:

- O que conhece / a mente;
- O que deve ser conhecido / a natureza e os fatos sociais.

O masculino denota, então, separação, autonomia e distância de qualquer tipo de mistura entre sujeito e objeto. O objeto/natureza é passivo, é observado, é manipulado, dominado. O sujeito, a mente que observa, é ativo, manipula, controla, domina. Sendo assim, as qualidades do objeto são atribuídas ao feminino e os adjetivos do sujeito ao masculino⁽¹¹⁾. O masculino é caracterizado pela razão, instrumentalidade e objetividade, enquanto o feminino está associado às emoções, ao afeto, à subjetividade e ao relacional⁽¹⁰⁾.

Neste contexto também houve a separação entre o mundo de domínio privado e o mundo de domínio público. Estes mundos não são vistos com equidades. O mundo público é considerado dominante e o mundo privado dominado⁽¹²⁾.

Além disso, a construção de saberes por parte das mulheres não é percebida como elaboração, mas como um saber “dado”, um dom da natureza. Por exemplo, todos os saberes relacionados com a reprodução social e biológica no âmbito doméstico não são percebidos como saberes construídos culturalmente, mas são entendidos como dotes naturais, espontâneos, dependentes de uma natureza feminina essencial, e que requerem qualidades muito estimuladas



na socialização das meninas: paciência, docilidade, meticulosidade e delicadeza. Portanto, ocupações vinculadas ao serviço doméstico ou ao cuidado de idosos e crianças não possuem valor social e econômico já que carecem de instâncias de validação ou certificação específicas^(2,9,11-13).

A partir dessas reflexões, pensamos na idéia do “natural” para explicar a longa e inquestionável dicotomia trabalho-de-homem/trabalho-de-mulher, e, os cuidados de saúde constituem um bom exemplo para esse exercício^(2,13). E o feminismo acadêmico questiona essa linguagem científica que tem por finalidade produzir um mundo androcêntrico de fatos e que acaba determinando vantagens aos homens em detrimento das mulheres^(2,11,13).

Esta lógica científica justifica atualmente a pirâmide ocupacional baseada em gênero, ligada diretamente à divisão sexual vertical e horizontal do trabalho. Tal fato pode ser verificado nos setores de atividade em que a presença de mão-de-obra feminina é maior, porém os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados preferencialmente por homens, por exemplo, na Saúde e na Educação⁽⁹⁾.

Contudo, a inclusão de mulheres no espaço público não significa inclusão democrática e socialmente neutra. Essa incursão na participação pública sempre tem sido objeto de resistências e necessária a sua justificação. Na interseção, segundo, dos espaços privado-feminino e público-masculino surge o espaço social vinculado às características de um e de outro, que não se apresenta como neutra ou apolítica. Pois, reproduz categorias que transladam para o espaço público e instalam desigualdades entre homens e mulheres. Isto se reflete nas diferenças salariais ou na ocupação de cargos de liderança^(8-9,13).

Além dos estereótipos sexuais socialmente construídos, outro fator importante a ser considerado é a auto-discriminação, que significa uma espécie de vigilância internalizada que assegura o comportamento de acordo com os parâmetros delimitados. Constituí-se de mecanismos internos de repressão que modelam desejos, expectativas, anseios e motivações. Isto deflagra algumas ações impensáveis e outras fortemente orientadas ou condicionadas. Assim, o custo interno de optar por profissões como enfermagem ou magistério é relativamente inferior, mesmo que se conheçam as limitações de remuneração e as condições de trabalho dessas profissões⁽⁹⁾.

Deste modo, os acessos ao saber são socialmente orientados para mulheres e homens. O lugar social que as mulheres e os homens têm ocupado na academia e no mundo profissional, os



territórios “corretos” que umas e outros têm habitado, e as situações que condicionam suas “escolhas” adquirem uma relevância particular⁽¹¹⁾. As interpretações produzidas pela experiência familiar, o discurso escolar, os meios de comunicação social, entre outros aspectos, são capazes de criar identificações e de fundar imaginários profissionais e de trabalho⁽¹³⁾.

Estes mecanismos de auto-discriminação tornam-se tão naturais que, muitas vezes, são interpretados como autodeterminação e não como escolhas pautadas sutilmente pelas normas sociais. Assim, como na “escolha” por parte das mulheres de profissões e ocupações pouco prestigiadas e mal remuneradas.

Apesar de, nas últimas décadas do século XX, terem acontecido mudanças significativas no mundo do trabalho e na participação das mulheres nesse mundo, não se registrou uma diminuição significativa das desigualdades entre homens e mulheres: o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho está mais vinculado à expansão de atividades “femininas” do que ao acesso a atividades “masculinas”. Por outro lado, algumas profissões perderam seu prestígio ao se feminilizarem^(9,11,13,14).

A feminilização e a feminização das profissões, também é fator importante a serem apresentados. Feminilização possui um significado quantitativo, ou seja, refere-se ao aumento do peso relativo do sexo feminino na composição de uma profissão ou ocupação, sua mensuração e análise realizam-se por meio de dados estatísticos. Feminização denota um significado qualitativo a partir da significância e do valor social de uma profissão ou ocupação, que originaram da feminilização, e foram vinculadas à concepção de gênero predominante em uma época. Para a autora, existe uma relação intensa entre o acesso massivo de mulheres a uma profissão ou ocupação (feminilização) e sua transformação qualitativa (feminização). À medida que aumenta a presença feminina, diminuem as remunerações, a ocupação passa a ser considerada pouco qualificada e decai o prestígio social da profissão⁽⁹⁻¹⁰⁾.

As mulheres atualmente concentram-se em disciplinas vinculadas aos serviços, como profissões das áreas de Comunicação, Educação, Humanidades e Saúde. E os homens continuam vinculados à produção, como as Ciências Agropecuárias e a Engenharia. Contudo alguns cursos estão passando pelo processo de feminização, entre eles a Medicina. A Engenharia e a Agronomia mantêm-se masculinizadas, e carreiras que se feminizaram mais cedo, como a Educação, conservam esse caráter^(8,10-11).



As professoras primárias durante muito tempo foram agentes secretos da transmissão religiosa. No vazio deixado pelo desinteresse do Estado, a Igreja tomava posição, esperando, através das mulheres, reconquistarem os espíritos⁽⁵⁾. Sendo assim, professoras primárias, secundárias e, mais recentemente universitárias tornaram-se as novas figuras de identidade profissional. O prestígio das professoras primárias, principalmente, foi considerável entre as moças das classes populares. Assim, elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte de sua força e seus ideais, e alçaram, com a guerra, à condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida nas mulheres. As escolas normais foram às primeiras universidades das mulheres⁽⁵⁾. A criação das escolas normais mistas, no Brasil, propiciou a profissionalização da professora. Admitindo-se que, a tarefa de educar crianças era inerente à natureza feminina e que sua suposta inferioridade intelectual não representava obstáculo para exercitar a instrução em níveis elementares⁽¹⁴⁾.

Contudo, a abertura das portas do magistério elementar ao sexo feminino beneficiou também a ordem econômica. Já que, a instrução primária requer remuneração inferior a dos outros níveis. Assim, aos poucos, o magistério elementar foi abandonado pelo homem⁽¹⁴⁾.

Com as enfermeiras não foi diferente. Na cabeceira dos doentes, as mulheres substituem as religiosas, que tradicionalmente cuidavam dos doentes. Passavam a usar véu, e são consideradas maternais e angelicais. Esta imagem torna-se magnificada durante as guerras, principalmente a Primeira Guerra, que exaltava *the greatest mother in the world* (título de um cartaz da Cruz Vermelha Internacional para o alistamento de mulheres)^(2,5,8).

Dois modelos diferentes de enfermagem surgem na Europa: o modelo inglês e o modelo francês. O modelo inglês, o do *nursing*, desenvolvido por Florence Nightingale durante a guerra da Criméia, onde ela recrutara uma equipe de mulheres voluntárias para cuidar dos feridos no campo de batalha, preconizava enfermeiras profissionais, instruídas e bem pagas. O segundo modelo foi concebido pelo doutor Bourneville que admitia moças do povo, auxiliares obedientes e delicadas dos médicos, mais ajudantes do que enfermeiras. Essas enfermeiras pobres, não raro celibatárias, moravam no hospital, como as religiosas que elas substituíram. Essa concepção da hierarquia no hospital ainda em vigor atualmente, justifica muitos dos conflitos de hoje^(2,5,8,13).



Atualmente, atesta-se, por exemplo, que o aumento de homens na profissão de enfermagem é gradual e estável, o que se deve, sobretudo, à segurança, estabilidade e garantias de postos de trabalho que a área oferece. Esse argumento encontra sua maior expressão entre auxiliares e técnicos de enfermagem, parcela da população de trabalhadores que é advinda de extratos socioeconômicos mais baixos⁽¹³⁾.

O acesso feminino às profissões ligadas ao direito foi mais difícil, pois não se reconheciam aptidões jurídicas nas mulheres. Na França, foi necessária uma lei para autorizar as mulheres a advogarem: Jeanne Chauvin foi a primeira advogada a ser admitida no tribunal de Paris, em 1895. Importante salientar, que em razão de sua prática profissional, as advogadas foram as vedetes nas manifestações feministas do século XX⁽⁵⁾.

Com relação à profissão médica, os conflitos de saber e de poder também foram importantes. Contudo, apesar da liberdade de acesso das mulheres à profissão médica desde o século XIX, uma hierarquia delimita a atuação dessas profissionais em determinadas áreas. Isso se reflete na definição de especialidades mais femininas, como pediatria, obstetrícia e ginecologia, ou ainda na relação com médicos homens^(5,10).

No Brasil, a medicina ainda é predominantemente masculina – 67,3% para 32,7% de mulheres, mesmo que no Programa de Saúde da Família (PSF) o número de mulheres médicas seja proporcionalmente maior – 44,5%⁽¹³⁾. Tal fato pode ser justificado por se tratar de um espaço de trabalho assalariado, que valoriza a prevenção/educação sanitária e os cuidados de manutenção da vida, práticas que se aproximam do trabalho milenar da mulher^(2,10).

Algumas perspectivas profissionais para as mulheres

Então, qual seria uma política efetiva para as mulheres: seria animá-las a não parar e continuar buscando o poder; ou sugerir mudar de modelo (modelo masculino) considerando ele alienante? O modelo masculino de poder, política, trabalho e ambição podem ser ou não adotado pelas mulheres⁽¹¹⁾.

Pela abordagem da psicologia⁽¹¹⁾, podemos construir um novo modelo, denominado androginia, que significa unir o feminino e o masculino dando origem a um ser humano mais completo, considerando que a mulher possa ir além dos limites impostos pelos estereótipos de gênero, e que para tanto são necessárias técnicas e práticas que levem ao empoderamento.



Empoderamento provém do inglês *empowerment* e refere-se à potencialidade profissional das mulheres através da informação, do aprimoramento de percepções e da troca de idéias. Levando assim ao fortalecimento das capacidades, habilidades e disposições para o exercício legítimo do poder⁽¹¹⁾. Contudo, o objetivo do empoderamento não é construir uma sociedade de mulheres poderosas, porém isoladas, mas de contribuir para a construção de uma nova ordem científica e cultural, socialmente justa e politicamente democrática. Que permita então a homens e mulheres, de maneira conjunta, desenvolver uma cidadania plena e produtiva^(11,15).

Sendo assim, os movimentos feministas e organizações de mulheres apresentam estratégias que atendam a pluralidade propostas pelos Estudos de Gênero, são elas⁽⁹⁾:

- Estimular as mulheres a ingressar em ocupações tradicionalmente masculinas;
- Valorizar a subjetividade de quem aprende ou trabalha, ressaltando o “aprender a aprender”, o saber resolver problemas;
- Incentivar a necessidade de cursos especiais relacionados às técnicas e práticas tendentes ao empoderamento das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Admitir, que profissão possui dois sexos equivale a considerar que as relações de dominação e poder entre homens e mulheres atravessam as relações sociais, seja na produção, na formação e constroem os gêneros e, ao redor dessas divisões, os papéis sexuais ou de geração repartem-se diferentemente. Essas recomposições, intensamente em ação, surgem ao mesmo tempo, que todas as formas imagináveis de divisão do trabalho. Contudo, não podemos perder de vista as representações sociais muitas vezes imperativas: ter sucesso na vida, para um homem, é fazer carreira; para uma mulher, é “ser feliz”.

A história da condição feminina passa pela história do corpo da mulher. E, leva-nos a concluir que a feminização e a feminilização de algumas profissões em detrimento de outras revela que as relações de dominação e poder entre homens e mulheres atravessam as relações sociais, seja na produção, ou na formação profissional, uma vez que o mundo do trabalho não faz distinção entre o trabalho produtivo e o reprodutivo das mulheres.

Acreditamos que estudos e discussões sobre gênero no campo das profissões possam contribuir para minimizar conflitos e melhorar as condições de trabalho das mulheres,



especialmente das mulheres trabalhadoras da enfermagem. Bem como, favorecer a reflexão sobre as práticas profissionais, com intuito de potencializar subjetividades e a capacidade reivindicatória de direitos e, assim, promover autonomia.

REFERÊNCIAS

1. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
2. Lima EC, Vargens OMC, Quitete JB, Macedo PO, Santos I. Aplicando concepções teórico-filosóficas de Collière para conceituar novas tecnologias do cuidar em enfermagem obstétrica. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 2008;29(3):354-361.
3. Collière MF. Promover a vida: da prática da mulher de virtude aos cuidados de enfermagem. 4ª. ed. Coimbra: Ledil; 1999.
4. Freidson E. Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 1998.
5. Perrot M. Mulheres Públicas. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; 1998.
6. Del Priore M. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 1995.
7. Perrot M, *et al.* História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras; 1991.
8. Padilha MICS, Vaghetti HH, Brodersen G. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. *Rev enferm UERJ*. 2006; 14(2):292-300.
9. Yannoulas SC. (coordenadora). A convidada de pedra: Mulheres e políticas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: Flasco; 2003.
10. Menezes RA, Heilborn ML. A inflexão de gênero na construção de uma nova especialidade médica. *Revista Estudos Feministas*. 2007; 15(3):563-580.



-
11. Vallejos A, *et al.* Lineamentos Epistemológicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 2000; 81(199): 425-451.
 12. Martin E. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond; 2006.
 13. Lopes MJM, Leal SMC. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. Cadernos Pagu. 2006; 24(1): 105-125.
 14. Accácio LO. A preocupação com a profissão docente: antiga, mas insatisfatória. Revista Educação em Questão. 2005; 23(9): 79-101.
 15. Quitete JB. Mulheres cuidando de mulheres: uma relação entre sujeitos. [Dissertação]. Rio de Janeiro: Faculdade de Enfermagem/UERJ; 2007.71p.